

# Estados pequenos apresentam plano para suas dívidas

BRASÍLIA — O Piauí, que tem dívida de US\$ 740 milhões e receita anual de US\$ 270 milhões, não aceita fazer negociação com o governo a partir dos mesmos critérios aplicados para São Paulo, que deve US\$ 15,9 bilhões arrecada anualmente US\$ 14 bilhões. O princípio da diferença entre os estados na negociação das dívidas foi exigência apresentada ontem ao ministro Jarbas Passarinho, coordenador político do governo, pelo governador do Piauí, Freitas Neto (PFL).

"A negociação não pode ser igual para situações tão diferentes. O governo quer estabelecer um sistema de pagamentos constantes, por prestações, e para nós isso não é possível", ponderou o governador, falando em nome dos estados menores. Ele admite que se fixe agora uma prestação muito baixa, que poderá ir aumentando à medida em que o estado for saneando sua administração. "Vou agir da minha capacidade de pagamento", avisou Freitas Neto.

O governador apresentou estudo, que aponta os estados em pior situação: Paraíba (dívida de US\$ 1 bilhão e receita anual de US\$ 580 milhões); Maranhão (dívida de US\$ 1,4 bilhões e receita anual de US\$ 411 milhões); e Mato Grosso do Sul (dívida de US\$ 950 milhões e receita anual de US\$ 490 milhões). "Como podemos receber tratamento igual a São Paulo, que tem arrecadação anual quase igual ao valor de sua dívida?", reclamou Freitas Neto.

Segundo ele, não se pode também estabelecer apenas diferenciação entre pobres e ricos, pois não é só São Paulo que tem receita bem próxima da dívida. Sergipe, por exemplo, deve US\$ 307 milhões e tem receita anual de US\$ 445 milhões. Pernambuco deve US\$ 1,1 bilhão e receita de US\$ 1,5 bilhão. E o Rio Grande do Norte, com receita anual de US\$ 709 milhões, tem dívida quase duas vezes menor (US\$ 465 milhões).

O governador reclamou da proposta do Emendão que prevê a transferência do total da dívida dos estados (US\$ 57 bilhões) para a União. O refinanciamento seria em 20 anos, com pagamento em 40 prestações semestrais atualizadas pelo Índice Geral de Preços (IGP) e acréscimos de juros de 6% anuais. O governador Freitas Neto deixou claro a Jarbas Passarinho que o governo está propondo fórmulas impossíveis.

"Da minha receita líquida, 87% estão comprometidos com a folha de pagamento. Afastei de 25 mil a 30 mil funcionários admitidos irregularmente antes das eleições. E mesmo assim o estado continua com 80 mil servidores", disse. Ele justificou o pedido de pagamento gradativo mostrando que esse ajuste administrativo certamente vai continuar e as prestações poderão ir aumentando à medida que o saneamento administrativo também crescer. "Mas, evidentemente, vai demorar um pouco para atingirmos um patamar ideal", admitiu.



Freitas Neto